

4

Terceira Parte: O trabalho de campo e algumas reflexões sobre a experiência do Nós na Fita

4.1

A chegada no campo

*Cada um de nós se encontra na fronteira do mundo que vê.
(Jobim e Souza, 2003:83).*

Dia 2 de março de 2004, marcou o início do percurso. Um dia especial, revestido ao mesmo tempo pelo desejo de me aproximar do universo a ser investigado e pelo nervosismo de uma pesquisadora iniciante, diante do que poderia acontecer durante o trabalho de campo.

Sai de casa no início da tarde, carregando a tiracolo um caderno, de capa dura e bastante colorida, especialmente comprado para registrar o dia-a-dia dessa trajetória de ser pesquisadora. Disposta a atravessar a ponte Rio-Niterói para conhecer a ONG Bem TV e o grupo de jovens Nós na Fita, uma certa aflição tomava conta de mim: como seria recebida? Que percepções eles teriam de mim? Que impressões eu teria deles e de tudo aquilo que estava por ser vivido? O que aconteceria lá? Como era o lugar? E as pessoas? O que faziam ou deixavam de fazer? Como eu me relacionaria com tudo isto? Que interlocuções faríamos? (Diário de campo, 02 de março de 2004).

Desde o primeiro momento, “senti na pele” as tensões inerentes às relações de alteridade tão imprescindíveis ao ofício de pesquisador, afinal, as ciências humanas e sociais estão fundamentadas nesses encontros com o outro. Que marcas carregam esses encontros? Qual o lugar do pesquisador? Que interlocuções são possíveis? A princípio, a idéia de pesquisar o outro me incomodava. A proposta de investigar as relações entre mim e o outro me parecia mais interessante. Tentando enfrentar essas e outras tensões, questionando a todo instante as intenções e as formas de realizar o trabalho de campo, atravessei a ponte Rio-Niterói.

Estar em Niterói, lugar tão pouco freqüentado e conhecido por mim. Perder-me, me achar, voltar a me perder para acabar encontrando o caminho, a rua e a casa onde estava localizada a sede da Bem TV. Ateliê 49 é como esta casa é conhecida. Um espaço compartilhado por artistas plásticos, músicos, artesãos, alunos e alunas da UFF, que o utilizam para criar, trabalhar, se encontrar e produzir. A casa encontra-se no bairro de São

Domingos, perto da Praça da Cantareira, em frente ao campus de Gragoatá da Universidade Federal Fluminense.

Desde 2002, a Bem TV aluga um espaço dentro desse ateliê. Segundo os jovens do Nós na Fita, anteriormente a Bem TV não tinha sede; no início, eles se encontravam na casa da Márcia, coordenadora da ONG; depois, na Secretaria de Meio Ambiente e na Associação de Moradores do Morro do Preventório. A recém sede própria, lá está, no fundo da casa, na beira de um quintal interno, uma sala pequena, com um banheiro e outra micro sala, onde fica instalada a Ilha de Edição da instituição. Mesa redonda, computador, estante repleta de livros e fitas de vídeo, uma cafeteira, arquivos, murais, cartazes, adultos e jovens trabalhando. (Diário de campo, 02 de março de 2004).

Cheguei para uma reunião do Nós na Fita. Fui recebida por Ana Paula e Daniela, que logo começaram a me contar a história do grupo. Com o tempo, foram chegando os outros integrantes: Robert, Adriana, Keyla e por fim Luciano. Durante a reunião, o clima era muito gostoso, os jovens trabalhavam juntos, conversavam, discutiam e decidiam coisas. Os assuntos da pauta eram, volta e meia, atravessados por outros temas: os estudos para o vestibular, os namorados e namoradas, as paqueras e o dilema, que parece ser comum entre todos: como conciliar estudo, emprego e participação nas atividades do Nós na Fita.

Nesse primeiro momento, os jovens passaram a maior parte do tempo contando-me quem eram, o que faziam, os vídeos e projetos que já tinham realizado e o que ainda pretendiam fazer. Foi quando soube que realizariam em 2004 uma oficina de TV e Vídeo para outros jovens da comunidade do Preventório.

Não é sempre que chegamos no campo e encontramos condições favoráveis ao acompanhamento de todo o processo de uma experiência inédita. A oficina de TV e vídeo 2004 era inédita para nós todos. Para a Bem TV, porque, pela primeira vez, os jovens que foram formados na instituição “replicariam” a experiência para outros jovens; para o Nós na Fita, porque nunca haviam sido professores de uma oficina de vídeo (em suas trajetórias constavam experiências como alunos e monitores, mas, como professores, era a primeira vez que atuariam) e para mim, porque, apesar de já ter trabalhado como arte-educadora em projetos de mídia-educação, nunca havia presenciado, como pesquisadora, todas as etapas da realização de uma oficina de vídeo.

Resolvi, então, que me deteria ao acompanhamento dessa oficina, acreditando que assim poderia conhecer as maneiras como os jovens se

relacionam com uma prática mídia-educativa protagonizada por eles. Destaco trecho do diário de campo em que tomei essa decisão.

... o foco do estudo vai sendo progressivamente ajustado durante a investigação (Alves, 1991: 55). Ao saber, pelos próprios jovens, que esse ano o Nós na Fita vai realizar uma oficina para outros jovens do morro do Preventório, percebi que de fato é no processo de pesquisa que conseguimos definir o que vamos estudar. Sigo a vigem com novas perguntas: Por que os jovens do Nós na Fita querem ensinar outros a fazer vídeo? De que maneira vão realizar essa oficina? Será que vão fazer do mesmo modo como a Bem TV fez com eles, em 1999? Como será a prática mídia-educativa vão desenvolver? (Diário de campo, 02 de março de 2004).

Conversando com eles, comecei a encontrar algumas respostas. Preocupados com o futuro do grupo, dois eram os motivos que impulsionaram os jovens do Nós na Fita a realizar uma oficina que formasse outros jovens. O primeiro relacionava-se com o desejo de ampliar o número de integrantes do grupo, pois afirmavam ser poucos para tanto trabalho. O segundo, diretamente relacionado ao primeiro, dizia respeito às suas demandas pessoais. Alegavam que os estudos e o trabalho tomavam muito suas vidas, restando pouco tempo para se dedicar ao trabalho no Nós na Fita.

No entanto, o que foi imprescindível para concretizarem o desejo de realizar uma oficina com outros jovens do Preventório foi o convite de Márcio Blanco¹, para participarem de um projeto de extensão da UFF (Universidade Federal Fluminense) e da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Sendo assim, a oficina de TV e vídeo 2004 surge como uma atividade realizada em parceria entre o Nós na Fita e a RUEP (Rede Universitários de Espaços Populares).

Segundo eles, já queriam realizar essa oficina há algum tempo, mas faltava verba para garantir o mínimo de recursos necessários à realização da mesma, então, o convite da RUEP veio a calhar. A UFF entrou com a verba para lanche, transporte e material e o Nós na Fita entrou com a força e metodologia de trabalho (Diário de campo, 02 de março de 2004).

Ao participar da reunião do grupo, percebi a autonomia dos jovens na condução das discussões de planejamento das atividades de 2004. Ana Paula e

Daniela administravam as discussões do grupo e pareciam representar a “voz da Bem TV” (Talvez porque, além de integrantes do Nós na Fita, trabalham para a organização não-governamental). Explicaram para os outros jovens do grupo que a oficina de TV e vídeo estaria inserida num projeto maior da ONG que era a construção de uma rede de comunicação. A idéia era que tanto a oficina de TV e vídeo como a oficina de jornal (realizada pelo projeto Olho Vivo) começasse na mesma época, para que os adolescentes pudessem se integrar e, juntos, criar uma Rede Jovem de Comunicação no Morro do Preventório. Essa rede seria composta pelo Nós na Fita, pelo grupo de fotografia (que existe na comunidade desde 2003) e pelo grupo de jornal, que seria montado em 2004, além de contar com a luta pela reabertura de uma rádio comunitária que já havia funcionado na comunidade.

Além da Daniela, Márcio Blanco também estava escalado como professor da oficina de TV e vídeo. Logo começaram a organizar o planejamento das aulas, dividindo o que caberia a cada um ensinar. Referiam-se à utilização da metodologia de trabalho da Bem TV. Que metodologia é essa? Essa dúvida instigava ainda mais meu desejo de investigar essa prática. Chamava-me a atenção o fato dos jovens falarem muito freqüentemente na necessidade de fortalecer o vínculo comunitário dos novos alunos com o Morro do Preventório.

É o Nós na Fita que vai dar aula para a galera do Preventório! Precisamos trabalhar para a comunidade. Voltar o olhar para a comunidade, empolgá-los para trabalhar para a comunidade! (Daniela, 20 anos).

Outro aspecto que também marcou o processo de elaboração da oficina foi a estruturação do plano de aula.

Daniela tentou ligar para Márcia (coordenadora da ONG) para saber onde estava o plano de aula das oficinas anteriores. Ao encontrar a estrutura geral do plano de aula, começou a marcar na folha de papel o que achava pertinente ou não entrar na oficina que ela mesma daria. *Desenho animado nem entra*. Disse Dani. E Olívia, coordenadora do Projeto Olho Vivo, completou: *Se você quiser a Márcia pode fazer uma palestra sobre isso*.

Márcio Blanco chegou, apresentou a proposta ao grupo Nós na Fita, contou a maneira como o projeto de extensão da UFF estava estruturado, os jovens falaram de seus objetivos, *empolgar os adolescentes com as questões da comunidade e não só ensinar a apertar o botão* - disse Daniela. O Nós na

¹ Márcio Blanco - estudante de cinema da UFF, além de já ter realizado aulas de produção de vídeo no projeto Oficina do 94, em comunidades populares de Niterói é um dos coordenadores do projeto de extensão da RUEP (Rede Universitários de Espaços Populares) que convidou o Nós na Fita para desenvolver um curso de vídeo para jovens do Preventório.

Fita pediu autonomia para pensar o programa das aulas. Algumas coisas foram decididas. Conversaram sobre a integração entre o trabalho comunitário e a aprendizagem da gramática da linguagem audiovisual, como chamavam os conteúdos da oficina. Dedicaram um bom tempo à reflexão sobre a produção dos vídeos que os alunos fariam no final da oficina (Diário de campo, 02 de março de 2004).

Vale destacar a posição da Daniela, quando se referia aos vídeos que teriam que ser produzidos pelos alunos ao final da oficina.

O nosso princípio é não impor o tema. A comunidade escolhe o tema. Mas também não pode ser tema livre, a gente sabe que não dá certo. Quando a gente trabalha os temas da comunidade isso acaba vindo como assunto dos vídeos. (Daniela, 20 anos).

A chegada da Márcia, coordenadora da Bem TV, também foi bastante significativa na medida em que percebi que sua posição acabava reforçando o que já havia sido colocado por Daniela sobre a importância do envolvimento dos alunos com a comunidade.

Um pouco antes de a reunião acabar, Márcia chegou, fazendo parte da conversa. *Vale ressaltar que este primeiro vídeo não prima à qualidade. Até porque nesse momento o produto não é tão importante. O processo é mais importante.* Ela auxiliou os jovens do Nós na Fita a fecharem as condições da parceria com Márcio Blanco da UFF e por fim disse a ele: *Mais importante do que aprender a usar a câmera e a editar é criar nos meninos o compromisso e o envolvimento com a comunidade* (Diário de campo, 02 de março de 2004).

Um universo de coisas apareceu no primeiro dia de trabalho de campo. Um encontro emblemático, pois nele foram anunciadas muitas das questões que depois iria aprofundar. A partir deste momento, o trabalho de campo passou a focar as ações voltadas para a realização da oficina de TV e vídeo 2004.

4.2 Nós na Fita: comunicação/cultura/política

Aproximar-me do grupo de jovens Nós na Fita re-significou minha compreensão do que Martín-Barbero (2001) denomina de uma indissociável e complexa imbricação, especialmente na América Latina, entre comunicação/cultura/política. Destacando as tensões complexas dessa trama, o autor afirma que do lado da comunicação:

... o que estamos tentando pensar é a hegemonia comunicacional do mercado na sociedade: a comunicação convertida no mais eficaz motor de desengate e de inserção das culturas – étnicas, nacionais ou locais – no espaço/tempo do mercado e nas tecnologias globais. No mesmo sentido, estamos necessitando pensar o lugar estratégico que passou a ocupar a comunicação na configuração dos novos modelos de sociedade, e sua paradoxal vinculação tanto com o relançamento da modernidade — via satélites, informática, videoprocessadores — quanto com a descentrada e tateante experiência da tardomodernidade (p.13).

Na perspectiva da cultura, não cabem mais as polaridades entre a maneira como os antropólogos concebiam a cultura, como se ela fosse *tudo*, nem tampouco a idéia defendida pelos sociólogos da cultura como *somente um tipo especializado de atividades e objetos, de práticas e produtos pertencentes ao cânone das artes e das letras*.

... a cultura escapa toda compartimentalização, irrigando a vida social por inteiro. Hoje são sujeito/objeto de cultura tanto a arte como a saúde, o trabalho ou a violência, e há também cultura política, do narcotráfico, cultura organizacional, urbana, juvenil, de gênero, cultura científica, audiovisual, tecnológica etc. (idem: 14).

No que se refere à política, o autor destaca que vivemos atualmente uma *reconfiguração das mediações em que se constituem os novos modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que dão coesão à sociedade (p.14)*. O desafio encontra-se então em *pensar a política a partir da comunicação*, ou seja, *colocar em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder (p.15)*.

Nesse sentido, a comunicação e a cultura são mais do que objetos de política. Constituem *hoje um campo primordial de batalha política*. Cabe-nos então recuperar a dimensão simbólica do trinômio comunicação/cultura/política, buscando *sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencer a uma comunidade (p. 15)*.

Em primeiro lugar, pude perceber que a experiência do grupo de jovens Nós na Fita representa exatamente esse movimento: pelo vínculo comunitário se reconhecem como cidadãos de direitos. E o sentimento de pertencimento a uma comunidade transborda para além do Morro do Preventório, passando a se sentirem cidadãos do mundo, transformando suas ações em luta política que, em primeiro plano, modificam suas trajetórias pessoais para, em seguida, interferir no entorno, agindo diretamente na comunidade em que moram. No entanto, as

atividades realizadas pelo grupo afetam para além de suas vidas pessoais e dos outros moradores do Preventório. Ao reconhecerem suas potencialidades de atuação local como uma estratégia política, acabam ampliando os significados dela e passam a representar a esperança que ainda resiste nas atividades humanas que se destinam à transformação do estabelecido.

Nessa perspectiva, a dimensão simbólica, da qual se refere Martín-Barbero (2001), ganha textura viva na prática mídia-educativa protagonizada pelos jovens. Assumem a comunicação como lugar estratégico, amalgamando-a como ferramenta de intervenção que ganha contornos políticos diante da experiência de se assumirem como produtores de cultura.

Entretanto, por suas ações estarem inseridas na complexa trama que articula comunicação/cultura/política, não deixam de vivenciar os conflitos que a constituem. Desenvolver um trabalho comunitário pela comunicação na sociedade contemporânea, especialmente na América Latina, configura-se como um desafio na medida em que os veículos de comunicação de massa, cada vez mais, ocupam lugar de destaque nas maneiras como os sujeitos concebem e significam o mundo. Quando a comunicação volta-se para a consolidação de um projeto societário capitalista, em que o consumo é *alma do negócio*, fazer comunicação comunitária voltada para a mobilização social delinea-se como um *movimento contra-a-maré*. A opção por uma atividade com fins comunitários tomando a comunicação como canal de encontro e expressão pode assim ser considerada uma ação contra-hegemônica? Na prática, a experiência é mais complexa. Não necessariamente os jovens têm explicitamente essa intenção. Suas ações estão inseridas no bojo das contradições existentes nas fronteiras entre hegemonia e contra-hegemonia. Do mesmo modo que transitam pelo conflito/confluência entre cultura de massa e cultura popular, o que me remete às reflexões de Martín-Barbero (2004) sobre as relações entre massificação e movimentos sociais. Na América Latina, as transformações promovidas pelos meios modernos de comunicação se entrelaçam com a integração das nações e os projetos nacionais se consolidaram graças ao encontro dos Estados com as massas promovidos pelas tecnologias comunicacionais. No entanto, Canclini (2003) afirma que não se pode atribuir aos meios eletrônicos a origem da massificação das culturas populares.

O processo de homogeneização das culturas autóctones da América começou muito antes do rádio e da televisão: nas operações etnocidas da conquista e da colonização, na cristianização violenta de grupos com religiões diversas, na escolarização monolíngue e na organização colonial ou moderna do espaço urbano (p.255).

A noção de cultura massiva surge quando as sociedades já estavam massificadas. O “massivo” passou a ser considerado como uma *subcultura determinada pela posição de seus agentes e pela extensão de seus públicos*. Os meios de comunicação, como o rádio e a tevê, não eram propriedade das massas, eram para as massas. No entanto:

Essa designação durou enquanto pôde ser sustentada a visão unidirecional da comunicação que acreditava na manipulação absoluta dos meios e supunha que suas mensagens eram destinadas às massas, receptoras submissas. A noção de indústrias culturais, útil aos frankfurtianos para produzir estudos tão renovadores quanto apocalípticos, continua servindo quando queremos nos referir ao fato de que cada vez mais bens culturais não são gerados artesanal ou individualmente, mas através de procedimentos técnicos, máquinas e relações de trabalho equivalentes aos que outros produtos na indústria geram; entretanto, esse enfoque costuma dizer pouco sobre *o que é produzido e o que acontece com os receptores* (p.257).

Para Canclini (2003), os novos processos de produção industrial eletrônica e informática reorganizam o que chamávamos de culto e popular, gerando novos tipos de recepção e apropriação da mediação individual diante da tela de uma tevê até *os usos horizontais do vídeo por grupos de educação alternativa para fortalecer a comunicação e a integração crítica* (p. 258).

Aqui se encontra a experiência do Nós na Fita. A maneira como se apropriam dos meios faz com que repensemos a forma como são estabelecidos os processos de mediação entre os meios de comunicação massivos e as culturas populares. Novas matrizes simbólicas parecem estar em jogo:

nas quais nem os meios de comunicação, nem a cultura massiva dialogam isoladamente, nem sua eficácia pode ser avaliada pelo número de receptores, mas como partes de uma recomposição do sentido social que transcende os modos prévios de massificação (p.258).

A recomposição do sentido social, à qual se refere Canclini (idem), se manifesta, por exemplo, no modo como os integrantes do grupo Nós na Fita, em sua apropriação dos meios de comunicação, lidam com as matrizes culturais e

simbólicas. A atividade de realização de vídeos desenvolvida por eles pode ser considerada uma forma de expressão cultural que opera diretamente com as dimensões simbólicas da cultura popular. No entanto, a cultura popular não pode mais ser pensada separadamente dos meios de comunicação de massa.

Compreendendo que o massivo foi gerado lentamente a partir do popular, podemos caracterizar o popular de maneira diferenciada do que boa parte dos estudos sobre os meios de comunicação vem fazendo, ao afirmar que o popular tende a seguir a lógica do mercado.

“Popular” é o que se vende maciçamente, o que agrada a multidões. A rigor não interessa ao mercado e à mídia o popular e sim a popularidade. Não se preocupam em preservar o popular como cultura ou tradição; mais que a formação da memória histórica, interessa à indústria cultural construir e renovar o contato simultâneo entre emissores e receptores (p.260).

Para o mercado e a mídia, o popular não interessa como tradição que perdura, o popular é aquilo que deixa de ser valioso de um dia para o outro, possibilitando que novos produtos sejam vendidos. Para Martín-Barbero (idem): *não só o que vem do povo se contamina e deforma, também o povo deforma e re-significa os “grandes temas” do amor e da paixão, profana as formas narrativas e eleva as vidas marginais a modelos de honradez* (p.161), o que nos auxilia a compreender que o popular urbano configura-se como *lugar de mestiçagens e reapropriações*.

A experiência criada pelo grupo em análise não deixa de ser uma forma de manifestação desse popular urbano. Os vídeos produzidos revelam seus modos de reapropriação do massivo e re-significação do popular.

Além disso, a própria prática mídia-educativa, que engendram (na exibição de seus vídeos na comunidade), mostra como esses jovens se apropriam dos discursos veiculados pela comunicação de massa, quando passam a ser enunciadores de “novos discursos”, criados por eles exatamente no confronto entre o que vêem e o que produzem.

4.3 A TV de Rua

Meu segundo dia no campo foi marcado pela experiência de vivenciar junto com o Nós na Fita uma ação bastante familiar da prática mídia-educativa que a Bem TV desenvolve desde a sua origem: a exibição pública dos vídeos do grupo. Eles alugam um telão e um projetor e convidam os moradores da comunidade do Preventório a assistirem a seus vídeos e a outros filmes, de acordo com suas intenções. Depois que exibem, realizam o que nomeiam de TV de rua ou TV aberta, ou seja, com a câmera ligada, fazem imagens dos moradores da comunidade que também são convidados a dar seus depoimentos e debaterem questões levantadas pelos vídeos. Segundo os próprios jovens, o maior objetivo da exibição é possibilitar que a comunidade se mobilize para refletir e debater suas próprias questões.

Foi um dia inesquecível. Cheguei na Bem TV e já estava quase escurecendo, sentei à espera de Ana Paula. Assim que ela chegou, colocamos os equipamentos na mala do carro e fomos à comunidade. O clima era de festa. Sábado à noite, as pessoas com suas cadeiras nas calçadas. Homens, mulheres, jovens e crianças na rua. Conversando, fazendo e comendo churrasquinho, ouvindo música, tomando cerveja, brincando no meio das ladeiras. Estacionei o carro e logo avistei os outros jovens componentes do Nós na Fita. Estavam com a blusa do grupo (toda preta com a logomarca Nós na Fita estampada em branco no peito) montando o telão. Junto com eles havia outros jovens com uma outra blusa preta que dizia “Estilo Próprio”. Perguntei quem eram eles e Adriana me contou que eram os responsáveis pelo telão e pelo projetor. Conhecem-se desde 1999 e o Nós na Fita já editou vídeos na casa de um deles. Ou seja, são jovens que também trabalham com vídeo em Niterói.

Daniela não estava com seus cabelos cacheados: muito diferente da primeira vez em que eu a vi, os cabelos estavam alisados e ela parecia estar “produzida” para um evento especial. Perguntei o que havia acontecido e ela respondeu: *Fui ao salão aparar as pontas e saí com o cabelo escovado. Você sabe como é mulher, não é?*

As meninas, Adriana, Keyla, Ana Paula e Daniela, montavam os brindes que seriam distribuídos durante a exibição. Segundo elas, essa foi uma maneira que encontraram para mobilizar a comunidade. Entre um vídeo e o outro conversavam com os moradores e pediam para que respondessem algumas perguntas; quem participava ganhava um brinde que, nesse dia, eram camisetas do projeto Olho Vivo, caixas de bombons, fotos ampliadas tiradas pelos adolescentes participantes do projeto Olho Vivo e ingressos de cinema para o filme “Sexo, amor e traição”.

Com tudo pronto, começaram a exibição. Luciano era o apresentador oficial. Com o microfone na mão, falava olhando para câmera e sua imagem era projetada simultaneamente no telão. Adriana gravava, Keyla ocupava o lugar de assistente de câmera, carregava os fios de um lado para o outro. Ana Paula e Daniela pareciam coordenar a atividade, ora auxiliavam Luciano,

falando ao pé do ouvido o que deveria fazer, ora falavam para Adriana o que deveria filmar.

No início da exibição, os moradores estavam em pé, encostados nos carros, nas sacadas e janelas de suas casas ou observando de longe o telão. O primeiro vídeo chamava-se *Memórias do Preventório*, roteirizado e dirigido por Luciano. Era um documentário que contava a história da comunidade. Com imagens de arquivo e efeitos de animação, entremeados com depoimentos de vários moradores, o vídeo falava da origem do nome da comunidade e do nome de suas ruas, de suas histórias, lembranças e personagens.

Os moradores se reconheciam no vídeo e riam quando se viam ou quando viam alguém conhecido. Aos poucos foi juntando gente, as pessoas iam se aproximando do telão. Olhos atentos, mas ao mesmo tempo dispersos com toda aquela gente que estava em volta ora vendo, ora conversando. Havia uma conversação que acompanhava a exibição.

Ao meu lado, uma criança, provavelmente com seis anos, dizia para mim a cada imagem na tela, quem eram aquelas pessoas: *Esse é o fulano de tal, esse é o Bar do... Olha, essa aí é a...* E por fim: *conheço tudo isso aí, é tudo aqui. Conheço todo mundo que está aparecendo aí.*

O segundo vídeo exibido, roteirizado e dirigido por Adriana, contava o desenvolvimento do Projeto Olho Vivo.

Sai de lá com algumas questões: Como se percebem realizando essa ação? De que maneira isso interfere nas suas vidas? Será que percebem o que essa ação gera na própria comunidade? Percebem a importância dela? Parece-me, após participar da exibição, que não só os jovens do Nós na Fita, mas todas aquelas pessoas da comunidade do Preventório, crianças, jovens, adultos e velhos talvez tenham uma relação diferenciada com a linguagem audiovisual por terem a oportunidade de se ver, reconhecer-se naquele telão. Quais são os significados de se ver na tela, se reconhecerem sujeitos naquelas imagens em movimento? Suspeito que isso tenha lugar significativo na vida daquelas pessoas e da própria comunidade (Diário de campo, 13 de março de 2004).

Eu nunca havia presenciado a realização de uma produção de TV de rua e fiquei muito impressionada com a atividade. Em primeiro lugar, porque pude perceber na prática a complexidade do tema das TVs comunitárias. De fato, o que se passava ali era muito distinto do que costumava ver na TV comunitária do canal 14 da Net. O que será então uma TV comunitária? Como lidar com a polissemia do conceito e com as texturas do fazer? Reconhecia naquela exibição as características de um trabalho comunitário mediado pela linguagem audiovisual. Será isso um tipo ou uma forma de se fazer TV comunitária? Há diferenças entre TV de rua e TV comunitária? O que será que distingue uma coisa da outra? Recordo das conversas esses jovens quando me contaram que, ao se apresentarem como um grupo que faz TV comunitária para os moradores do Preventório, as pessoas perguntavam: mas em qual canal é a TV de vocês? O que sugere que nos perguntemos: Para ser TV é preciso ter um canal? Uma TV

comunitária pode existir sem que necessariamente as pessoas assistam a imagens na tela de um aparelho de televisão? Para esses jovens a exibição de vídeos feitos por eles em um telão montado dentro da comunidade se caracteriza como uma TV de rua, não chegando a ser uma TV comunitária. Eles fazem uma distinção entre TV comunitária e TV de rua também em função do suporte em que o audiovisual é exibido. Para eles, a TV de rua se caracteriza pela exibição esporádica de vídeos no telão e a TV comunitária, que até poderia funcionar no telão, mas teria que ter uma programação, uma estrutura mais sistemática de exibições.

Ana Paula conta que a Bem TV, na sua origem, pretendia ser uma TV comunitária; queria que houvesse em várias comunidades de Niterói exibições em telão de vídeos produzidos pelos moradores. No entanto, com o passar do tempo, foi mudando seu foco para um trabalho que prioriza as relações entre educação e comunicação e o Nós na Fita acabou herdando o desafio de montar uma TV de rua especificamente no Morro do Preventório.

A discussão sobre TV de rua e TV comunitária é mais ampla do que a exibição de vídeos em telão ou em um canal de TV. Os trabalhos de Miranda (2002) e de Fraga (1999) apresentam contribuições bastante pertinentes a essa reflexão. Cada um a seu modo, com perspectivas diferentes, apresenta duas experiências que têm ponto de contato com a do Nós na Fita. A experiência da TV Maxambomba e da TV Pinel (Miranda, 2002) e a da TV Castro Alves (Fraga, 1999), sendo que essa última também foi desenvolvida pela ONG Bem TV, no início de sua atuação no campo dos movimentos sociais. Considerando as reflexões trazidas por esses autores, opto por me aproximar da TV de rua protagonizada pelo grupo Nós na Fita, a partir da reflexão sobre o conceito de comunidade.

A seguir, sem pretensão de esgotar a discussão, tomo como base o estudo de Paiva (2003): *O Espírito comum: comunidade, mídia e globalização* e o depoimento dos jovens moradores do Preventório para refletir sobre o tema.

4.4 Possíveis leituras de Comunidade

Comum unidade, das pessoas. Estão juntas num mesmo lugar, então elas têm alguma coisa em comum. E a comunidade é buscar a unidade desta coisa em comum. Trabalhar junto para ... Qualquer grupo de pessoas vira uma comunidade. Pelo menos... Tá confuso? Perto disso... Deu para entender?
(Daniela, 20 anos).

Segundo Paiva (2003,) comunidade, do latim *communitas*, pode significar algo relacionado à partilha solidária entre pessoas de interesses, valores e sentidos comuns. No dicionário Aurélio: qualidade ou estado do que é comum; comunhão. Há entre eles comunidade de interesses. Concordância, conformidade, identidade: comunidade de sentimentos. Posse, obrigação ou direito em comum (Ferreira, 1999: 517). Comum: *Diz-se de uma coisa que pertence a todos ou da qual cada um pode participar. Comunhão: União na mesma fé: a comunhão dos fiéis. Fig. União no mesmo estado de espírito: estar em comunhão de idéias com outrem. Partilhar: Dividir em várias partes. Possuir com os outros. Fig. Participar. Ter em comum (Koogan/Houaiss, 1995 p. 213 e 628). Percebem-se, de um lado, fundamentos cristãos determinantes no corpo semântico do conceito e, de outro, um inevitável “cotejo das propostas comunistas” (Paiva, idem: 70).*

No entanto, o conceito de comunidade também está ligado à territorialidade.

O corpo social; a sociedade. As leis atingem toda a comunidade. Qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada tem um mesmo governo e estão irmanados por uma herança cultural e histórica. Qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns: a comunidade latino-americana. (Ferreira, 1999:517).

O conceito tradicional refere-se a uma noção ecológica em que: *comunidade é simplesmente um conjunto, um grupo, um sistema de indivíduos num lugar determinado, ou seja, a comunidade é um grupo com o seu território (p. 72)*. Entretanto, há também o sentido sociológico: *agrupamento que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos* (Ferreira, 1999:517). A conotação valorativa de comunidade foi questionada pela sociologia que buscou não restringir o conceito de comunidade a localidades específicas.

Para Paiva (idem), a comunidade pode representar para o indivíduo a via de estruturação da sua existência; é na relação com o outro que partilhamos o mundo.

Afinal, o que faz que a experiência da partilha e da comunhão seja tão e absolutamente fundante para o indivíduo? (Idem, p.82) Ser-em-comum está relacionado com ser-no-mundo que, por sua vez, torna-se possível no ser-com-os-outros. A comunidade, portanto, é o nós que acontece enquanto ser-juntos da alteridade. (idem, idem).

O que se coloca em questão quando se fala em comunidade é a possibilidade de haver hoje um projeto comunitário em meio à heterogeneidade e à atomização societária reinante na grande cidade. Talvez, a primeira tentativa deva ser ingressar nessa idéia com a perspectiva do ser-em-comum (Paiva, 2003 p.79).

Os depoimentos dos jovens indicam que concebem a comunidade tanto como algo relacionado ao ser-em-comum, à partilha e à comunhão como com o fato de habitarem um mesmo território.

Eu acho assim que comunidade vem de comum. Então eu acho que, tipo assim, comunidade comum. **O que comum?** Aí eu não entendo. **Quando a gente fala comunidade do Preventório...** Eu acho que é a comunidade já com nome. Comunidade que prevê o futuro, que prevê as doenças. **Você acha que faz parte de alguma comunidade?** Sim a do Preventório. **Então comunidade é o quê?** A comunhão. A comunhão entre as famílias (Gabriel, 15 anos)².

Bom, a comunidade da Caixa D'água, por exemplo, onde eu moro, para mim é uma galera que eu curto muito, a comunidade é uma galera que eu acho muito legal, eu tenho um vínculo ali tão forte. Comunidade é uma coisa assim, a galera se juntando, todo mundo se conhece, todo mundo se ajuda. Caraca, juro por Deus, se eu ganhasse na Mega Sena eu ia construir uma casa maravilhosa, enorme, mas dentro do morro. Não sei por que, mas eu acho que é uma coisa que... raiz me enraizou. Essa coisa de morar na Caixa D'água, morar na comunidade. Para mim representa uma coisa muito legal na minha vida que é morar ali na Caixa D'água (Luciano, 23 anos).

Tipo uma casa, as pessoas são a família, tudo que envolve esta casa é uma comunidade. É um lugar pequeno... Mas a gente convive com as coisas que tem, a gente sabe aproveitar... Onde um está à disposição do outro para qualquer ajuda (Thaís, 17 anos).

Paiva (2003), ao apresentar a concepção de comunidade como suposto paraíso, destaca as contribuições de Jean-Luc Nancy (francês que escreveu na década de 80 sobre o fantasma da comunidade perdida, do qual devemos nos livrar). Na *concepção de comunidade como um projeto que o Ocidente perdeu e que deve, a qualquer custo, retomar como alternativa para ultrapassar a crise*

² Os grifos em negrito indicam que são perguntas minhas.

instalada na sociedade, evoca uma aura de salvação e conversão, capaz de gerar apenas a formulação de um mito (p.67). Nessa maneira de ver, a vida comunitária é idealizada, considerada harmoniosa e isenta de conflitos. Mas, para a autora, ao se conceituar comunidade a decisão é não levar avante a versão oitocentista de comunidade como via ideativa, distanciada do real. *É necessário assumir que a idéia de comunidade sempre esteve relacionada ao propósito de construção do mundo real (Paiva 2003, p.67).*

Ao falar da comunidade em que moram, os jovens tratam de algo bastante real, concreto, palpável, cotidiano e afetivo. Não chegam a apresentar uma visão idealizada da comunidade como suposto paraíso. Pelo contrário, quase todos acabam destacando os conflitos presentes na vida comunitária, ressaltando que a idéia de ser-em-comum também parece estar vinculada à necessidade de um ajudar o outro. Ao tratarem da comunidade, falam das maneiras como se ajudam, ou seja, aos modos como compartilham seus problemas.

...por exemplo, quando rola de acontecer um acidente, geralmente sempre em comunidade rola deslizamento. Na minha casa, aconteceu isso uma vez. A minha casa caiu, quebrou assim metade da sala, quebrou tudo. Caraça. Veio tanta gente pra ajudar, tanta gente, gente que eu nem conhecia. (Luciano, 23 anos).

Comunidade para mim é um grupo de pessoas... que vive assim... eu acho assim, tentando um resolver o problema do outro... Assim no caso, para mim, um problema da comunidade. Arranjando soluções da comunidade, se reunindo para ver se tem algum problema, se não tem. Isso para mim é uma comunidade. E não assim cada um por si e Deus por todos. Isso para mim é uma comunidade (Keyla, 20 anos).

Comunidade é um local em que várias pessoas se comunicam, compartilham coisas, nem sempre... Mas algumas ainda pensam assim, compartilhar com os outros, ajudar uns aos outros. É construir uma família com as pessoas próximas. **Ajudar como?** Por exemplo, se eu sou amiga de uma vizinha minha peço a ela às vezes um pouco de açúcar, um pouco de sal, quando não tem lá em casa e assim a gente vai se ajudando. Quando eu vou na rua às vezes ela pede alguma coisa para eu comprar, eu compro para ela, já que eu vou na rua comprar alguma coisa para mim, eu ajudo, estou ajudando. **E compartilhar...** Compartilhar... Sofrimento, alegria, tristeza, amizade (Adriana, 21 anos).

Essa recorrência da vinculação de comunidade aos problemas a serem resolvidos, indica-me que nem a representação de comunidade como mito do suposto paraíso nem de comunidade como projeto a ser retomado está colocada para eles. Talvez, porque a representação que constroem de comunidade esteja

ancorada em suas vidas cotidianas. Não precisam pretender ser comunidade porque já experimentam ser, mesmo que de maneiras diferentes.

Uma imagem que ficou marcada na minha cabeça, que é aquele mutirão, aquela fila humana. Aí pegava o barro aqui, passava o balde, pegava o barro, vum passava o balde, ia tirando... Caiu muita lama. Então eu acho que uma palavra legal, por mais que as pessoas falem assim: Pô, aqui tem muita fofoqueira, aqui tem muito neguinho que se mete na sua vida, porque neguinho só reclama disso, todo mundo se mete na vida de todo mundo em comunidade e eu acho que é isso mesmo (risos) em comunidade todo mundo às vezes acaba se metendo um pouco na vida de todo mundo, na vida de um, na vida de outro, dá opinião aqui, ali... Mas uma palavra que gera muito assim... Comunidade, que às vezes não se fala, é companheirismo, rola companheirismo. Por mais que as pessoas se odeiem muito, na hora do aperto, neguinho esquece as desavenças e às vezes até se ajuda, entendeu? Eu já vi isso. Na minha comunidade, aqui no Preventório eu já vi isso, pessoas se ajudam. (...) Mas uma palavra que eu acho que define mesmo é companheirismo. Comunidade é um pouco de companheirismo (Luciano, 23 anos).

A partilha dos problemas vincula-se à idéia de companheirismo e união que parecem estar de acordo com a noção psicológica de comunidade: *qualidade de relação entre indivíduos, que se caracteriza pela presença de sentimentos de solidariedade, identificação, união, altruísmo e integração* (Paiva, 2003 p.72).

O que é comunidade para você?

Que pergunta difícil... Não sei... Comunidade eu acho que é... A união, a união de qualquer grupo de pessoas. Qualquer grupo de pessoas que esteja unido, defendendo uma causa ou reivindicando algo é uma comunidade. A partir do momento que eles se juntam, eles estudam os casos, eles têm idéias juntos, eles realizam as idéias ou senão reivindicam alguma coisa, eles estão fazendo alguma coisa em conjunto. E o conjunto é a comunidade. Ela só faz pergunta difícil essa Camila, né? Brincadeira... Só podia ser da PUC mesmo. (Robert, 20 anos).

O fato de fazer parte do Nós na Fita faz com que os jovens re-signifiquem suas percepções sobre a comunidade. Há uma nítida valorização do coletivo e necessidade de se encontrar as soluções para os problemas comuns.

E você faz parte de alguma comunidade? Faço, faço mais ou menos. Com o Nós na Fita a gente, às vezes, de vez em quando, sempre está junto com o posto família, com o pessoal da associação, e sempre assim tem esses assuntos. Eu fiz parte do curso de fotografia que teve, a gente fez até uma peça sobre negócio de lixo, aí juntamos o pessoal da comunidade e conversamos qual é o maior problema. Para nós era falta d'água e lixo. Então, depois que a gente terminou esta peça a gente fez tipo um debate. Aí fizemos um debate, estava presente um responsável da associação, o posto

de família e também tinha... Tinha várias outras pessoas que fazem essas coisas assim. Estávamos conversando, tinha pessoas que moram na própria comunidade, falando sobre isso, que tinham pessoas que jogam lixo, às vezes, até na porta da casa deles. Aí tentamos resolver o problema, entende? Mas por enquanto não saiu nada não, falaram que iam fazer uma caçamba, lá em cima... Mas até agora não surgiu mais nada, só ficou nisso (Keyla, 20 anos).

Sendo assim, os jovens trazem nas suas maneiras de conceber a idéia de comunidade a noção ecológica: vínculo ao território; a noção psicológica: relação de alteridade com o outro e o enfoque sociológico: grupo social, primeiro nível de organização social completo e auto-suficiente. (Paiva, 2003 p. 72).

4.5 Comunicação comunitária, participativa, alternativa e popular

A partir das concepções dos jovens sobre a idéia de comunidade, permanece a pergunta: o que caracteriza a TV de rua do Morro do Preventório como uma atividade comunitária? Ao problematizar o que seria uma comunicação comunitária, Paiva (2003) não trabalha no sentido de um retorno a um período paradisíaco. Aceitando o ideal societário, destaca que uma comunicação comunitária possa ser anterior à comunidade “real”, a partir do momento que pode promover sua coesão social. Esse destaque corrobora para a necessidade de, na atualidade, redimensionarmos o conceito de comunidade tradicional em que estava implícita a existência da territorialidade, *configuração hoje discutível em função da evolução dos sistemas de comunicação – que possibilita maior velocidade nos meios de transporte físicos e virtuais* (Paiva, idem: 161).

No entanto, a exibição promovida pelos jovens do Nós na Fita é realizada em uma comunidade “real” - o Morro do Preventório. Podemos então considerar que, do mesmo modo que a TV Maxambomba, a TV de rua promovida pelo Nós na Fita se caracteriza como uma atividade comunitária.

Desta forma, além de estar localizada no território de uma comunidade específica, o que torna essa TV de rua uma atividade comunitária é o fato de se propor a discutir temas daquela comunidade a partir de materiais audiovisuais realizados por alguns de seus jovens moradores. Os moradores de um mesmo lugar são envolvidos em prol de suas próprias questões comuns. Nesse sentido,

essa TV, mesmo que em um telão, sem ter uma programação sistemática, funciona como uma comunicação comunitária.

O surgimento de um veículo comunitário pode ter justificativas que vão desde a necessidade de promover a circulação de informação entre os membros duma comunidade, possibilitando assim vínculo mais estreito entre eles, até a divulgação de propostas e reivindicações (Paiva, *idem*, *idem*).

As idéias defendidas por Paiva (2003) me remetem às reflexões de Martín-Barbero (2004: 119). Ao que tudo indica, os contornos da TV de rua do Morro do Preventório se aproximam do que o autor denomina de comunicação participativa, alternativa, popular.

Podemos considerá-la participativa por ser uma atividade comunitária que engendra ações nas comunidades, possibilitando que os sujeitos se aproximem e se apropriem das tecnologias de comunicação como meio para a expressão cultural. Para Martín-Barbero (*idem*), a comunicação participativa transforma o processo e a forma dominante da comunicação social, possibilitando que *as classes e os grupos dominados tomem a palavra*. Os vídeos realizados pelo Nós na Fita são a prova viva da atitude “de tomar a palavra”. Não só eles “falam” em seus vídeos como criam uma situação em que a opinião dos outros moradores é essencial para o êxito da proposta. A premissa da proposta é a participação coletiva. Os jovens participam na criação dos vídeos e do “fazer acontecer” que gestam na comunidade quando montam a TV de rua: se reconhecem como protagonistas e se orgulham de suas próprias histórias e realidades. As imagens exibidas são aquelas nas quais moram e transitam e quando acaba o vídeo, eles são convidados a falar, a se expressar diante do tema. Comunicação participativa porque jovens e moradores se tornam protagonistas dessa atividade, na qual o interesse público e o interesse do público se misturam. Numa ação coletiva, envolvendo pessoas da comunidade, eles tomam para si um veículo de comunicação de massa, para refletir sobre sua própria condição, como campo de expressão e criação coletiva, da qual todos participam do trabalho. *Assim, torna-se evidente mais uma outra razão para a criação de um veículo de comunicação comunitária: a vontade de produção de discurso próprio, sem filtros e intermediários* (Paiva, 2003: 158).

Esse processo, por sua vez, pode ser considerado alternativo não só porque é marginal às grandes mídias, mas porque assume a complexidade que marca o

popular-massivo, tão bem trabalho por Martín-Barbero (2001 e 2004). Ao possibilitar que os sujeitos se apropriem da linguagem dos meios, acaba tocando nos aspectos que tangem os *códigos de recepção e reconhecimento dos dispositivos de enunciação do popular que se materializam no massivo* (p.122). Sendo assim, a TV de rua configura-se como comunicação alternativa que se manifesta nas mediações que as comunidades populares produzem ao re-significar a cultura de massa e a cultura popular.

Como um espaço aberto para que os sujeitos se expressem, a TV de rua engendra um processo de comunicação em que os sujeitos que, geralmente são apenas receptores (mesmo que ativos e críticos) frente a grande mídia, podem, por essa experiência se tornar autores e protagonistas de suas mensagens.

E, nesse sentido, a comunicação alternativa não é nada de novo, já que, desde as experiências pioneiras de Paulo Freire, projetadas depois a muitos grupos em todos os países do continente, tem estado ligada mais à libertação da fala, da atividade e da criatividade popular que à potência ou ao tipo de mídia utilizada (Martín-Barbero, 2004: 119).

O processo de comunicação participativo e alternativo gerado e/ou desembocado pela TV de rua parece estar ancorado na textura dialógica da comunicação³ apresentada por Freire (1974).

Pues hay comunicación cuando el lenguaje da forma conflictiva experiencia del convivir, cuando en horizonte de reciprocidad de cada hombre con los otros en el mundo. Ciertamente, siempre que un hombre habla utiliza un código que comparte con otros, pero ¿desde donde habla, con quién y para qué? (Martín-barbero, 2002: 31).

Os objetivos da TV de rua estão ancorados na promoção de processos educativos constituintes das principais diretrizes dos projetos em comunicação comunitária. Entretanto, essa ação não só instala processos educativos como é em si mesma uma prática mídia-educativa. O processo educativo funciona como mediador na possibilidade que os sujeitos envolvidos encontram de dialogar com o popular-massivo. Para Martín-Barbero (2001), é na relação das práticas comunicativas com o movimento social que o popular se inscreve constitutivamente na análise dos processos culturais (p.131). No entanto, essas

³ Para saber mais ler Martín-Barbero, Jesús. La educación desde la comunicación. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

relações não são homogêneas, a pluralidade das formas e dos usos que o popular faz do massivo tornam complexas ainda mais a estrutura da comunicação alternativa; mesmo que ela re-signifique as relações popular-massivo, não representam necessariamente uma luta política contra-hegemônica. Ou seja, também é preciso relativizar a comunicação alternativa como única saída para a expressão da cultura popular, como, segundo o autor, fazem os otimistas radicais. Nem confundindo a cultura popular com a indústria cultural, como fazem os pessimistas radicais, tendo a acreditar que as práticas mídia-educativas inseridas no movimento social, ao agirem diretamente nas comunidades redefinem a estrutura dialógica da comunicação como espaço de conflito dando lugar à alteridade cultural.

4.6

As instâncias de mediação: tecnicidade, ritualidade, socialidade e institucionalidade

Outro aspecto que merece destaque é a desenvoltura com que eles fazem uso das mídias, e, nesse caso, da TV de rua. Durante toda aquela noite de exibição de vídeos, chamou-me atenção o fato de estarem apenas os seis jovens conduzindo todo o trabalho, as coordenadoras da Bem TV não estiveram presentes. Saí de lá com a impressão de que eles eram bastante experientes nessa área, ou seja, que realizam muito bem a TV de rua. Entretanto, eles se queixavam dos resultados da atividade alegando que não estavam conseguindo mobilizar os moradores como gostariam e que talvez, fosse necessário experimentar fazer vídeos com novos formatos. Ver os vídeos realizados por eles durante a exibição na comunidade teve um significado especial para mim porque era a primeira vez que eu os assistia. Contudo, quando falaram que queriam experimentar fazer vídeos diferentes do que vinham fazendo resolvi assistir a todos os vídeos que o grupo já havia realizado (durante os seus seis anos de existência) para compreender o que significava para eles utilizar novos formatos.

Passei três dias na ilha de edição da Bem TV assistindo vídeo por vídeo. Volta e meia Ana Paula entrava na ilha para tecer alguns comentários a respeito da imagem dela na tela ou das circunstâncias vividas nas gravações. Após assistir aos seis vídeos realizados pelo grupo (Faxina Geral, Muito Prazer, Uma questão

de gênero, Memórias do Preventório, Olho Vivo, Jovens escolhas e Dtalhes) percebi que havia de fato uma recorrência no material: a grande maioria deles seguia um formato jornalístico. Essa situação me remeteu as perguntas que levantei no projeto desta pesquisa ao refletir sobre o mapa-esquema das novas complexidades que constituem as relações entre comunicação, cultura e política, apresentado por Martín-Barbero (2001). Mesmo tendo em vista que esse mapa-esquema foi construído para uma reflexão mais ampla, pude perceber a presença das instâncias de mediação (institucionalidade, tecnicidade, ritualidade e socialidade) na prática mídia-educativa que envolve jovens na realização de materiais audiovisuais.

Mapa-esquema formulado por Martín-Barbero (2001) para sintetizar o sistema que articula comunicação, cultura e política:



Tendo a trabalhar com a hipótese de que ao possibilitar que os jovens realizem materiais audiovisuais, em algum âmbito, as práticas mídias-educativas transitam no eixo: Lógica de Produção — Competências de Recepção. Isso me fez perguntar como esses jovens lidam com os processos de produção de mídia? Em que medida reproduzem e/ou rompem com a lógica de produção voltada para o mercado? A primeira constatação diz respeito ao processo coletivo de produção: por mais que alguns dos vídeos tenham sido roteirizados e dirigidos por um dos integrantes, todos os vídeos são resultado de uma produção coletiva. Como os processos de criação do material audiovisual estão inseridos em uma prática educativa eles são em si mesmos parte do trabalho pedagógico. Ou seja, cada vídeo carrega consigo as marcas da trajetória de aprendizagens que o grupo

desenvolveu até realizar aquele material. Sendo assim, a análise não pode se restringir ao produto, pois ele é consequência e ao mesmo tempo motivo da prática mídia-educativa que o gestou. Desse modo parecem “escapar” da lógica de produção voltada para o mercado, até porque não foram feitos para serem comercializados.

Essa reflexão me remete a uma discussão bastante interessante que diz respeito à tendência, recorrente no campo da mídia-educação, de nomear como “produtos” ou “produtos de mídia” os materiais como audiovisuais, visuais, radiofônicos, digitais, impressos etc feitos “com” ou “por” crianças, adolescentes e jovens, em práticas mídia-educativas. Como afirmamos em texto publicado anteriormente a utilização desse vocábulo parece estar se mostrando pouco adequada.

A idéia de produto nos remete à produção e à circulação de bens, produtos, serviços e, assim, ao mercado (Augusto 1985:351). Pode ser considerado, genericamente, como um produto, aquilo que resulta de uma atividade produtiva, seja ela individual ou coletiva, organizada desta ou daquela forma, colaborativa ou ordenada segundo uma determinada separação de funções pelas etapas do processo de produção. Mas, o emprego, generalizante, da expressão “produto de mídia”, traz fragilidade aos resultados das ações mídia-educativas, porque deixa de valorizar as especificidades de cada processo, minimizando os resultados obtidos, que são fruto da construção coletiva de conhecimentos que se deu ali. Por outro lado, mesmo sem a intenção dos sujeitos envolvidos, quando nomeamos como produtos os resultados de uma experiência mídia-educativa, submetemo-los à mesma apreciação a que estão subordinados os bens e serviços realizados “para” e “em função” do mercado, como, por exemplo: disponibilidade para comercialização e consumo, aparência, embalagem, desempenho, prazo de entrega, garantia, preço e validade. Seria perguntar-se, fazendo as transposições adequadas, se um audiovisual produzido por crianças tem qualidade *broadcasting*. Ou se o custo operacional da atividade educativa correspondeu ao “valor” do “produto final”. E qual seria o “produto final” neste caso? O conhecimento? A expressão cultural? A construção e afirmação de identidades? Quanto vale? (Alegria e Leite, 2004: 2).

Nessa perspectiva, os vídeos realizados no contexto de práticas mídia-educativas não só não podem ser considerados “produtos” como não se enquadram nos formatos industriais padrão. No entanto, isso não impede que a qualidade técnica seja reconhecida como parte importante a ser conquistada no processo e que, ao fazerem vídeos, em alguma medida, esses “realizadores” dialoguem com os formatos industriais já existentes. Conforme os jovens vão se apropriando da linguagem audiovisual almejam cada vez mais conhecer e dominar

os recursos técnicos, alegando que assim podem encontrar melhores possibilidades de expressão. Apesar de saber que já há no campo da mídia-educação uma discussão sobre a qualidade técnica dos materiais realizados nas práticas mídia-educativas não tratarei desse tema especificamente nesse texto. Mas não posso deixar de considerar que mesmo que relativizemos o que venha ser essa “qualidade técnica” fica evidente que o próprio processo de realização dos vídeos, mesmo que não esteja vinculado a lógica de produção padrão e aos formatos industriais sofre interferência da mediação que Martín-Barbero (2001) denomina de tecnicidade, pois os recursos e aparatos técnicos tornam-se imprescindíveis ao processo de criação de vídeos, já que seu uso integra capacidades e competências para a expressão de suas idéias na linguagem escolhida.

Levanto também a hipótese que a mediação denominada pelo autor de ritualidade, se concretiza nas práticas mídia-educativas de duas maneiras. A primeira refere-se às circunstâncias nas quais os jovens entram em contato com os produtos da mídia em geral (aqueles considerados industriais). Estimular que os jovens visualizem esses produtos é uma das estratégias da prática mídia-educativa. Ação que, em última instância, contribui para a construção do hábito de assistirem juntos aos programas exibidos na tevê, aos filmes em cartaz nos cinemas, além de estimulá-los a conversar e a debater sobre o que vêem. Esse hábito constitui-se então como uma forma de ritualidade, na qual suas competências de recepção são aprimoradas. Nesse sentido, a ritualidade é instituída como atividade pedagógica: a própria prática mídia-educativa não só objetiva qualificar o “exercício de ver”, como cria situações em que os alunos “exercitem ver”. (Quantas vezes presenciei a cena dos jovens sentados dos diante da tela da tevê discutindo e analisando um programa, filme ou comercial). Agrega-se a isso, o fato da prática mídia-educativa pressupor que quanto mais os jovens assistirem aos produtos da mídia em geral, nesse caso audiovisuais, maiores serão seus repertórios. Para isso, são valorizadas as atividades em eles assistem materiais diferentes dos padrões que estão acostumados a ver.

A segunda maneira como percebo a ritualidade na prática mídia-educativa analisada diz respeito às circunstâncias nas quais entram em contato, como receptores, dos materiais audiovisuais que eles mesmos realizam. Nesse caso, os contornos da ritualidade, se dão principalmente, nos momentos em que os jovens

exibem seus vídeos na comunidade em que moram. Mesmo que, o distanciamento necessário ao olhar crítico seja mais difícil pelo fato de serem os autores (e muitas vezes atores) de seus vídeos, ao se depararem com os olhares e comentários de outras pessoas, sobre o que fizeram, também ressignificam seus modos de ver. Sendo assim, a ritualidade pode ser considerada, como inclusive sugere Fraga (1999), como uma instância educativa presente na própria experiência da TV de rua.

Talvez possamos acrescentar a essa reflexão a idéia de que a instância de mediação da ritualidade ao contribuir para ampliar e apurar seus modos de ver interfere diretamente nos seus “modos de fazer”. Mesmo que no mapa-esquema do Martín-Barbero (idem) não esteja em questão o que talvez possamos denominar de “competências para o fazer” tendo a perceber que a mediação da ritualidade atravessa também o modo como fazem seus vídeos.

Desta forma, a ritualidade torna-se mediação importante não só para o processo de significação do que vêem, mas também para o processo de realização e produção de seus materiais audiovisuais. (Como exemplo, vale sublinhar que suas conversas sobre o capítulo da novela exibido na noite anterior atravessam o debate sobre o roteiro do vídeo que vão fazer. Ou ainda quando, no processo de criação, se remetem às situações vividas na TV de rua, evidenciando que passaram a ver seus vídeos de outro modo depois dos depoimentos dos moradores).

Outra instância de mediação bastante significativa na prática mídia-educativa estudada encontra-se interface do que Martín-Barbero (idem) denomina de competências de recepção e matrizes culturais. A socialidade se faz presente na medida em que os jovens re-significam os valores e o repertório cultural da comunidade onde moram a partir da experiência de fazer parte do Nós na Fita.

O fato do grupo ter surgido de uma prática mídia-educativa desenvolvida pela ONG Bem TV e de até hoje os integrantes terem forte vínculo com a instituição faz com que a socialização deles com os profissionais da organização não governamental se caracterize como instância imprescindível ao diálogo/confronto entre seus modos de ver e seus modos de fazer vídeos. No entanto, como na adolescência e na juventude o grupo configura-se como a instância socializadora mais significativa, é na relação com os pares, nesse caso dentro do próprio grupo do Nós na Fita, que os jovens se socializam.

Nessa perspectiva, a socialidade encontra-se no próprio pressuposto do trabalho em grupo e nos modos como juntos significam o que vêem e realizam. Esse processo de significação que articula competências de recepção com o que estou denominado de “competências para o fazer” interfere nos modos que re-significam as matrizes culturais. Ou seja, ao realizarem vídeos em grupo, a mediação da socialidade amplia essas competências (de ver e de fazer) possibilitando que os jovens estabeleçam um contato mais reflexivo com as matrizes culturais. Nesse sentido, a prática mídia-educativa possibilita que eles, através dos materiais audiovisuais que realizam, não apenas reconheçam e se identifiquem com os valores ancorados nas matrizes culturais, como também modifiquem esses valores, especialmente aqueles que têm maior ancoramento na comunidade onde moram.

No que diz respeito à mediação institucional, não só o grupo Nós na Fita está inserido na ONG Bem TV como cada um dos jovens se relaciona diretamente com a instituição. Sendo assim, as concepções de educação, de comunicação comunitária, de mídia, de mobilização social, de sociedade etc da Bem TV atravessam a experiência do grupo. Evidenciando que as ações e os vídeos do Nós na Fita, assim como suas lógicas (internas) de produção e seus modos de lidar com as matrizes culturais estão sempre mediados pelos objetivos, pela estrutura de significação e pelo olhar institucional.

Por fim, cabe destacar que a experiência do grupo Nós na Fita indica que é o cruzamento dessas quatro instâncias de mediação: tecnicidade, ritualidade, socialidade e institucionalidade que contribui às “competências para o fazer” materiais audiovisuais. Significa dizer que, seus modos de fazer vídeos estão atravessados pela interligação dessas instâncias de mediação.

4.7

Entre orientação e tutela: tensões no processo de construção da autonomia

Ao analisar o material empírico da pesquisa, percebo que está muito presente a relação entre o grupo de jovens Nós na Fita e a ONG Bem TV. Em alguns momentos, os jovens questionam a autonomia conquistada ou concedida, assim como os profissionais da instituição, vez ou outra, refletem sobre a maneira

como se relacionam com os jovens. Pelo que tudo indica, os dois lados reconhecem a existência do que talvez possamos chamar de conflito entre orientação e tutela, que marcam o processo de construção de autonomia dos jovens frente à ONG.

Na realização da oficina de TV e vídeo 2004, por exemplo, em alguns momentos ficava explícito o conflito entre o que os jovens do Nós na Fita gostariam de fazer com os alunos e o que a instituição achava que era necessário fazer. A autonomia dos jovens frente à instituição seria limitada?

Entretanto, como tive a oportunidade de acompanhar por seis meses essa relação entre os jovens e a instituição, percebi que este conflito é mais complexo do que imaginava. Vale destacar inclusive, que o tema da autonomia também se faz presente na relação entre as organizações não-governamentais e os seus patrocinadores. Cada vez mais os projetos das ONG dependem de financiamentos externos para acontecer. Essas relações, apesar de não serem homogêneas (depende do tipo de patrocínio e da parceria estabelecida entre a ONG e o financiador), costumam carregar marcas significativas no que diz respeito à própria atuação da instituição. Ou seja, a construção da autonomia das ONG frente aos patrocinadores também tange as questões da tutela e da orientação, ampliando assim, a complexidade do tema.

Na relação dos jovens com a ONG, percebe-se que, em primeiro lugar, eles têm os educadores da instituição como referência, talvez por uma soma de fatores: além de serem pessoas mais experientes, foram eles quem os formaram na área de produção audiovisual e, desde a origem do grupo (criado a partir do curso de TV e vídeo, do qual foram alunos) estes educadores acompanham suas trajetórias de vida. Parece que, por conta disso, a relação dos jovens com os educadores, está atravessada simultaneamente pelo forte vínculo afetivo e respeito que os ligam àqueles que os formaram e pela necessidade de lutar pela legitimação de suas idéias e posições. Por um lado, eles manifestam uma profunda admiração e respeito pela instituição, por tudo que aprenderam e pelo que essa relação representa na vida deles; por outro, têm necessidade de romper com o estabelecido, de construir caminhos próprios, para alçar novos vôos. Necessidade de negar o que está posto, para buscar maneiras de fortalecer a autonomia construída?

Ao realizar uma nova oficina de TV e vídeo, só que desta vez tendo como professora uma das jovens formada na primeira oficina, tanto a Bem TV como o grupo Nós na Fita pareciam estar, de alguma maneira, re-visitando suas próprias histórias. Na entrevista que me concedeu, Daniela falou muito sobre essa relação e suas respostas me ajudaram a compreender melhor a percepção que ela tem do processo:

... durante muito tempo, a gente ficou numa relação que eu chamo de maternal, que era assim: a Bem TV cuidando, zelando, e, a princípio, a gente com muito fogo, mas depois se acomodando com aquela coisa do cuidado, sabe? Sempre foi uma coisa de que eu reclamei muito. Mas eu não tinha muito embasamento para falar, hoje eu tenho. A Bem TV não sabia como lidar com este grupo, a não ser assessorar e tentar corrigir e fazer... E o grupo também não sabia, também não conseguia romper e fazer alguma coisa sozinho, encaminhar para fazer alguma escolha... Sempre foi meio amarrado às idéias da Bem TV, sempre foi meio preso assim, porque se a gente quisesse fazer alguma coisa e a Bem TV falasse: *Não sei...* A gente: *É se a Bem TV falou que não sei, é melhor não fazer não, melhor não arriscar.*

No meu ponto de vista, a Bem TV e o Nós na Fita, durante muito tempo, foram uma coisa só, porque o Nós na Fita só existe porque a Bem TV foi dar uma oficina de vídeo lá e a Bem TV só existe do jeito que é hoje por causa do Nós na Fita.

[o Nós na Fita] É um projeto da Bem TV, não sei se permanente... Não sei se breve, acho que não, acho que ainda é uma coisa para daqui a mais tempo, mas se continuar neste ritmo vai ter uma hora que o Nós na Fita vai ter que encontrar seu lugar no mundo. Sair debaixo da asa da mãe e fazer as coisas sozinhas, como está acontecendo agora, entendeu? Mas isso foi sempre assim. Eu sempre fui muito questionadora: *Mas porque tem que ser assim? Mas por que tem que ser assado? Mas por que isso? Mas por que aquilo?* Eu achava que as pessoas ficavam muito sem arriscar, e eu entendia que isso só acontecia por causa desta postura da Bem TV, que de contrapartida não sabia lidar com aquilo, então acabava limitando algumas ações, sabe? (Daniela, 20 anos).

Essa fala evidencia o conflito entre tutela e orientação, que marca a construção da autonomia dos jovens frente à instituição. Tutela, na medida em que, na trajetória do Nós na Fita, ambos os lados (jovens e instituição) reconhecem que, mesmo sem ter essa pretensão, a ONG acabou em muitos momentos não apenas orientando, mas tutelando as ações e decisões do grupo.

A própria instituição reconhece que, com a experiência, conseguiu encontrar novas maneiras de se relacionar com os jovens, buscando formas de, ao mesmo tempo, torná-los independentes (como aconteceu com o Nós na Fita — na visão dos jovens e da própria ONG) e desenvolver um trabalho educativo que estimule a autonomia e a responsabilidade. Percebemos isso quando Daniela fala sobre o recente projeto da Bem TV com um outro grupo de jovens que trabalha com

fotografia e jornal impresso (o Olho Vivo). Refere-se a ele acreditando que, agora, depois de tudo que a Bem TV e o próprio Nós na Fita aprenderam, nesses anos de convivência, a relação será diferente.

Porque o Olho Vivo já pegou esse teste aprovado, digamos assim, já pegou uma fase melhor, porque mesmo com a inexperiência de muitos, que são muito novinhos, estão começando agora, mas chegam num outro contexto, chegam sabendo o que eles podem arriscar, o que podem contar e o que não podem. Antes era muito difícil para os dois, para a gente que estava começando e para a Bem TV que estava começando nessa. (Daniela, 20 anos).

Ao que tudo indica, quando os projetos conseguem envolver os jovens, garantindo sua autonomia e participação, conquistam resultados exitosos. Mesmo reconhecendo o conflito entre orientação e tutela vivido pelo Nós na Fita e a Bem TV, o mais interessante de tudo isso, parece ser a própria existência do grupo de jovens, que permanece vivo há seis anos, e o significado dessa experiência em suas vidas. Acredito que isso seja por si só valioso, na medida em que, segundo Sposito (2003), a maioria das ações educativas destinadas à juventude peca por não conseguirem garantir a continuidade das ações e pela ausência de canais democráticos que assegurem, aos jovens, espaço de participação e formulação. Por mais que haja conflito nessa relação, percebe-se um esforço, de ambas as partes, para que as ações desenvolvidas por eles não sejam destinadas aos jovens, mas sim construídas em parceria com eles.

Nos últimos dez anos, muitas são as pesquisas sobre a participação social dos jovens nas sociedades contemporâneas. Vale lembrar das contribuições de Abramo (2000) sobre as condições e o sentido das possibilidades de participação dos jovens nos seus processos de desenvolvimento pessoal e no da sociedade. Partindo do pressuposto apresentado pela autora, pode-se afirmar que as instituições que vêm trabalhando, principalmente junto aos jovens moradores de comunidades de baixa renda, podem, pelo investimento em seus desenvolvimentos pessoais, construir experiências concretas, nas quais se valorize a participação da juventude.

Neste sentido, os conflitos entre orientar e tutelar, que se expressam no desejo e na dificuldade de conceder completa autonomia aos jovens, enquanto sujeitos de seu próprio processo de formação, são parte das contradições que atravessam as ações desenvolvidas por instituições que buscam trabalhar com eles

e não para eles. Parece que a Bem TV, durante todos esses anos, tem se dedicado ao desenvolvimento pessoal dos jovens e assim tem conseguido possibilitar que eles reconheçam seu lugar no mundo, embora algumas vezes tenha necessidade de dizer-lhes que lugar ela acredita que eles devem ocupar.

4.8

Entre o Preventório e o mundo: seduzidos pela criação

Relendo o diário de campo, encontrei uma situação que nos ajuda a refletir sobre o que as ações educativas promovidas por uma ONG podem gerar, ou gerar nos jovens aos quais ela se dirige.

Ofereci carona à Ana Paula, que estava indo para a universidade. No carro ela me contou que, apesar de fazer jornalismo em uma universidade particular, gostaria mesmo era de fazer ciências sociais na UFF. Quando perguntei por que ciências sociais ela respondeu que gostaria de trabalhar na ONU: *É uma ONG grande que trabalha no mundo inteiro. Quero fazer o que faço na Bem TV só que em dimensões maiores.*

Será que foi a presença da Bem TV na vida dela que favoreceu o aparecimento desse desejo tão singular? Um desejo que, não fosse isso, talvez nunca viesse a integrar seus projetos de futuro, por estar completamente fora de seu leque de escolhas possíveis.

Achei que essa era uma boa pista: o trabalho da Bem TV na criação e continuidade do Nós na Fita, do mesmo modo que fortalece o vínculo comunitário, parece redimensionar e ampliar o campo de possibilidades para esses jovens, amplia o campo de visão e o desejo de atuação, que se desloca da comunidade para o mundo. Nessa perspectiva, o trabalho ancorado no protagonismo juvenil não só estimula a participação da juventude e desenvolve o processo de construção da autonomia como possibilita que, a partir dessas duas possibilidades, os jovens vivenciem ou almejem a mobilidade social.

Interessante perceber os modos com que o protagonismo juvenil e a construção da autonomia geram a mobilidade social. No caso da experiência da Bem TV com o Nós na Fita, por mais que o objetivo maior do trabalho seja a mobilização dos jovens para atuarem localmente, na medida em as ações educativas fortalecem o desenvolvimento pessoal deles, começam a almejar novos horizontes. Somado a isto, o domínio da linguagem audiovisual, propiciado pela

prática mídia-educativa, possibilita o surgimento de desejos (e mesmo de fantasias) relacionados ao exercício de atividades profissionais incluídas no campo, como por exemplo, o desejo apresentado por vários jovens de ser jornalista ou cineasta.

No meio da tarde, Olívia (uma das coordenadoras da Bem TV) entregou para Daniela um presente de aniversário atrasado: um livro sobre cinema: *Os Cineastas – conversas com Roberto D’Ávila*⁴. Dani agradeceu, olhou para mim e disse que vai fazer cinema na UFF: *Vou ser uma grande cineasta. Vou concorrer ao Oscar e vou dizer que comecei na Bem TV*. Foi o segundo momento, que fez referência ao cinema americano, anteriormente quando o grupo discutia quem ia dar aula de que, ela disse: *Eu queria dar aula de direção, queria ser diretora de Hollywood* (Diário de campo, 02 de março de 2004).

Querer ser diretora em Hollywood não é apenas um sonho de Daniela, mas de muitos outros estudantes de cinema e mesmo de cineastas. Talvez esse desejo esteja vinculado a dois fatores. Por um lado, o fascínio pelo status atribuído ao cinema estadunidense, que ocupa um lugar e um papel bastante significativos no mercado de cinema mundial e na vida das pessoas. O cinema norte-americano e os cineastas de Hollywood não só são valorizados em quase todo o mundo como conquistaram a hegemonia das salas de cinema, dos filmes exibidos na TV e da preferência mundial dos espectadores. Daniela, ao sonhar alto e grande, almeja o que talvez, em sua perspectiva, seja o *topo* da profissão de diretor de cinema, estar em Hollywood, produzindo filmes para a *grande massa*. Por outro, talvez o desejo de Daniela seja também, de alguma forma, fruto das fantasias que envolvem a produção audiovisual como um todo. Silverstone (2002), baseado em McLuhan (1964) e Alfred Gell (1988), afirma que um dos modos de olhar a tecnologia é o de *encantamento*, no qual ela é *fonte e esfera de magia e de mistério*.

Vê-se então que a tecnologia é mágica e que as tecnologias da mídia são de fato, tecnologias de encantamento. Essa sobredeterminação lhes confere um poder considerável, para não dizer aterrador, em nossa imaginação. Nosso envolvimento com elas é impregnado pelo sagrado, mediado por ansiedade e, de quando em quando, arrebatado por alegria. Nossa dependência delas é substancial (p.50).

O autor nos ajuda a compreender um dos lugares que a tecnologia ocupa em nossas vidas. Se o encantamento, que envolve magia e mistério, nos arrebatava

⁴ D’Ávila, Roberto. *Os cineastas – conversas com Roberto D’Ávila*. Editora Bom Texto, 2002.

como receptores, imaginemo-nos como possíveis produtores. Talvez, o fato de experimentar produzir materiais audiovisuais, entrando em contato com a criação nessa linguagem, amplie ainda mais o encantamento que ela produz. Ao que tudo indica, o fato de estar em contato direto com a realização de produtos em linguagem audiovisual possibilita mergulhar nesse encantamento de uma maneira diferente da que experimentam os que são apenas espectadores. Talvez, no caso desses jovens, habituados à posição de ver, a possibilidade de fazer, de ser autor do mistério e da magia, seja geradora de novos desejos. Conhecer a técnica, apropriar-se dela e assim poder construir suas próprias narrativas parece seduzir Daniela e outros tantos jovens integrantes de projetos desse tipo.

Nesse caso, pode-se supor que a mobilidade social almejada vincula-se com o cruzamento de dois fatores. O primeiro diz respeito à prática educativa (ancorada no protagonismo juvenil e na construção da autonomia) que acaba gerando nos jovens uma segurança e autoconfiança, a partir de suas experiências (nesse caso adquirida pela participação do Nós na Fita). O segundo refere-se diretamente ao trabalho com a linguagem audiovisual. Trazendo em si mesma um “brilho”, a linguagem não só *abre janelas para o mundo* como desperta o desejo pela visibilidade. Afinal, cada vez mais em nossa sociedade a linguagem audiovisual (e seus protagonistas) ganha lugar de destaque e ocupa centralidade nas pautas jornalísticas e cotidianas de nossas vidas.

Essa reflexão que, grosso modo, tange o potencial de criação da própria linguagem audiovisual, despertado nos jovens a partir da prática mídia-educativa em que estão inseridos, remete-me a uma tensão bastante presente nos projetos de mídia-educação. Para muitos dos idealizadores desses projetos, os principais objetivos são: possibilitar que crianças, adolescentes e jovens “conheçam a mídia por dentro”; dominem a técnica de produção de mensagens midiáticas e aprendam como e com que intenções elas são produzidas, buscando desenvolver nos alunos um pensamento crítico sobre a mídia:

Pensamento crítico significa, por exemplo, capacidade para distinguir a fantasia da realidade, compreensão de que as mensagens da mídia são construções com fins específicos, compreensão do papel econômico, político, social e cultural da mídia nas comunidades locais/globais, compreensão dos direitos democráticos, negociação e resistência, identidade cultural e cidadania do seu grupo, bem como outros. (Feilitzen, 2002:29)

Boa parte das intervenções mídia-educativas espera que, ao construir esse pensamento crítico, os aprendizes possam refletir sobre o que vêem e assim passem a discernir o que é de boa ou má qualidade. Segundo Feilitzen (idem), um dos elementos fundamentais para a construção do pensamento crítico é possibilitar também que os alunos tenham sua própria produção: ... *atingir o pensamento crítico não significa apenas que a educação para a mídia focalizará a análise crítica de textos e programas, isto é, ocorrerá em nível de recepção, mas também que a educação conduzirá à capacidade de produção* (p30).

No entanto, o depoimento de Daniela indica que a experiência mídia-educativa, pela qual passou, não desenvolveu nela apenas o pensamento crítico, mas, fundamentalmente a possibilidade de sonhar em ser uma realizadora e fazer filmes em Hollywood, no coração da indústria cinematográfica. Quero dizer com isso que, ao que tudo indica, projetos de mídia-educação voltados para a produção audiovisual, mais do que ampliar a capacidade de crítica, podem estimular o desejo de criação, embora esse desejo muitas vezes seja visto mais como um “efeito colateral”, às vezes até mais como um problema do que um objetivo. Talvez, possamos aferir que uma das coisas que a prática mídia-educativa gerou na Daniela foi apresentar a ela o mundo da criação. Do mesmo modo que despertou em Ana Paula seu desejo de atuar no mundo. Nesse sentido, a experiência no Nós na Fita possibilitou que as duas se permitissem sonhar mais alto do que a imensa maioria dos jovens de sua comunidade (e talvez de sua classe social!).

Despertar a vontade de criar e de agir no mundo. Sedução pelo encantamento da linguagem audiovisual. Parece-me que esses são elementos mais marcantes do que a idéia de que temos que construir no outro um pensamento crítico que ele não tem. Talvez, a experiência da criação amplie o campo de visão, podendo assim ele mesmo buscar maneiras de ser mais crítico. Assim como, ao fertilizar o campo da criação possibilitamos que os sujeitos sejam autores de suas próprias narrativas e assim simultaneamente se encantem, se choquem, se posicionem frente ao mundo.

Percebo uma fragilidade (que talvez também tenha a ver com uma visão romântica lançada sobre o trabalho comunitário) no que ao mesmo tempo considero uma preciosidade da prática mídia-educativa da Bem TV: ao desejarem que os jovens sejam agentes de mudança local, por um lado, fortalecem a

importância da atitude consciente que precisamos ter frente às mudanças protagonizadas por nós, principalmente, nos locais onde estamos. Por outro, é a própria consciência de que somos autores da nossa história e da história do local onde estamos inseridos que acessa o desejo de ir mais além. Ou seja, ao fortalecer a importância do trabalho local, pela mobilização social, a própria prática mídia-educativa aguça nos sujeitos o sonho de mudar o mundo, de agirem num espaço mais amplo do que aquele em que vivem e que foi objeto da sua formação.